
	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE PINGO D'ÁGUA - MG</p> <p>Concurso Público nº 01/2022</p>	 <p>NOVA RAZÃO SOCIAL: MB GESTÃO PÚBLICA</p>
---	---	--

CADERNO DE PROVAS

Preencha com seu nome completo
Cargo Pretendido
ASSISTENTE SOCIAL

Senhor(a) Candidato(a),

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

Antes de iniciar a prova, leia com atenção as instruções abaixo:

1. Atenção: se você não assinou a lista de presença na entrada da sala, faça isso antes de iniciar a prova;
2. TODOS os seus pertences, inclusive bolsa, deverão ficar debaixo da sua mesa. Celular desligado, carteira, chaves, moedas e relógio deverão ser acondicionados na sua bolsa, mochila ou no envelope plástico disponível com o Fiscal de Sala. Deverá ficar sobre a mesa apenas CANETAS E DOCUMENTO DE IDENTIDADE;
3. Confira se este caderno de provas se refere ao cargo de sua inscrição;
4. A **Folha de Respostas** será entregue durante a realização da Prova e deverá ser imediatamente assinada, **na presença do fiscal**, com apresentação do documento de identidade;
5. Se houver alguma divergência nas informações da sua folha de respostas, informe ao fiscal;
6. Durante a prova, evite qualquer espécie de comentário, sendo vedado consultas ou utilização de calculadoras, telefones celulares, aparelhos eletrônicos, boné, chapéu ou óculos com lente escura;
7. Fique atento à sua prova e evite exposição à visão dos demais candidatos;
8. Não mexa ou utilize qualquer pertence durante a prova sem autorização do fiscal de sala;
9. Caso necessite ir ao banheiro, levante a mão e aguarde o fiscal de sala;
10. Ao se dirigir ao banheiro durante a prova você poderá ser chamado a passar pelo detector de metais;

11. Ao terminar sua Prova, transcreva as respostas assinaladas para sua Folha de Rascunho ao final deste caderno e depois para a Folha de Respostas Oficial, sempre **à caneta azul ou preta**;
12. Se quiser levar a Folha de Rascunho, solicite ao fiscal na hora da entrega da prova; Somente o fiscal poderá destacar a Folha de Rascunho.
13. Recomendamos máxima atenção nas marcações da Folha de Respostas Oficial, pois NÃO há 2ª via;
14. **Não dobre, não amasse e não rasure a Folha de Respostas, ela é a sua prova**;
15. Será anulada a questão que contiver rasuras, emenda, mais de 1(uma) resposta assinalada, nenhuma resposta assinalada ou resposta não assinalada à caneta, na Folha de Respostas;
16. **Ao final da prova deverão ser devolvidos ao Fiscal de Provas a Folha de Respostas e este Caderno, levando consigo a folha de rascunho, para futuras conferências.**
17. Esta prova terá duração máxima de 3 (três) horas.
18. O candidato só poderá sair de sala **após 60 minutos** do início da prova;
19. Os três últimos candidatos deverão sair juntos da sala, por medida de segurança;
20. Será dado um aviso quando restar 30 minutos para o término do horário de prova;
21. Qualquer dúvida ou necessidade dirija-se direta e exclusivamente ao Fiscal de Provas;
22. O gabarito, bem como cópia deste caderno de provas estarão disponíveis no site da empresa a partir das 15 horas do dia 15/08/2022;
23. Atenção ao sair, não se esqueça dos seus pertences pessoais.

A MB Gestão Pública Ltda. deseja a você uma BOA PROVA!

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Conforme a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Sendo assim, a assistência social tem por objetivos a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos; a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; e a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. Dessa forma, analise as afirmativas abaixo e assinale as opções que caracterizam os **princípios** da assistência social, conforme a Lei 8742/93:

- I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- II. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- III. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
- IV. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.
- V. Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.

- a) I, II e IV;
- b) II, IV e V;
- c) I, III e V;
- d) II, III e IV.

2. O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços, **EXCETO**:

- a) abono por permanência em serviço;
- b) salário-maternidade;
- c) auxílio-acidente;
- d) aposentadoria por idade.

3. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Considerando o disposto na Lei Orgânica da Assistência Social sobre o BPC, é **CORRETO** afirmar que:

- a) O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 5 (cinco) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.
- b) A condição de acolhimento em instituições de longa permanência prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.
- c) O benefício poderá ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória.
- d) Os rendimentos decorrentes de estágio supervisionado e de aprendizagem deverão não serão computados para os fins de cálculo da renda familiar per capita.

4. Conforme o Art. 3º da Lei Orgânica da Assistência Social consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. Sobre as entidades e organizações de assistência social, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS.
- b) São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS.
- c) São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais,

construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

- d) São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

5. Em relação à Lei 8069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, é **CORRETO** afirmar que:

- a) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional jamais se prolongará por mais de 18 (dezoito meses).
- b) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Porém, nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- c) O direito à liberdade consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
- d) Serão cadastrados para adoção recém-nascidos e crianças acolhidas não procuradas por suas famílias no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do dia do acolhimento.

6. De acordo com a Lei 8069/90, analise as afirmativas abaixo e identifique a alternativa **CORRETA**.

- a) Nenhuma criança ou adolescente menor de 18 (dezoito) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.
- b) Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.
- c) Os detentores da guarda possuem o prazo de 10 (dez) dias para propor a ação de adoção, contado do dia seguinte à data do término do estágio de convivência.
- d) Podem adotar os maiores de 21 (vinte e um) anos, independentemente do estado civil.

7. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos na Lei 8069/90 forem ameaçados ou violados: por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. São princípios que regem a aplicação das medidas de proteção à criança e ao adolescente:

- a) Oitiva obrigatória e participação: a criança e ao adolescente, em separado dos pais para auxiliar na identificação dos abusos.
- b) Intervenção precoce e máxima: a intervenção deve ser efetuada logo que a situação de ameaça ou violação ocorra.
- c) Obrigatoriedade da informação: a família deve ser informada dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;
- d) Responsabilidade parental: a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o adolescente.

8. Conforme disposto no Art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando for verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as medidas socioeducativas. Sobre a medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional, é **CORRETO** afirmar que:

- a) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.
- b) Durante o período de internação, exceto na provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.
- c) Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a dois anos.
- d) A medida de internação só poderá ser aplicada quando tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa.

9. De acordo com a Lei 10216/2001 “É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais”. Sobre a internação das pessoas portadoras de transtornos mentais, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) A internação psiquiátrica voluntária poderá ocorrer sem laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.
- b) A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.
- c) O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio.
- d) O paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida, sob responsabilidade da autoridade sanitária competente e supervisão de instância a ser definida pelo Poder Executivo, assegurada a continuidade do tratamento, quando necessário.

10. A lei 8213/91, dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, institui o Conselho Nacional de Previdência Social–CNPS, órgão superior de deliberação colegiada, que terá como membros, **EXCETO:**

- a) Três representantes do Governo Federal;
- b) Nove representantes da sociedade civil, sendo três representantes dos aposentados e pensionistas; três representantes dos trabalhadores em atividade; três representantes dos empregadores.
- c) Seis representantes da sociedade civil, sendo dois representantes dos aposentados e pensionistas; dois representantes dos trabalhadores em atividade; dois representantes dos empregadores.
- d) Seis representantes da sociedade civil, sendo três representantes dos aposentados e pensionistas; três representantes dos trabalhadores em atividade.

11. De acordo com o Código de Ética do e da Assistente Social, são princípios fundamentais do/a assistente social:

- a) Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- b) Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- c) Reconhecimento da participação social como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena

expansão dos indivíduos sociais; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

- d) Posicionamento em favor da liberdade, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

12. Sobre o Código de Ética do e da Assistente Social, analise a primeira coluna relacionando-a com a segunda e assinale a alternativa que corresponde à sequência **CORRETA**:

- () Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.
- () Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.
- () Abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.
- () Substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência.

- 1) Direito
- 2) Dever
- 3) Princípio Fundamental
- 4) Vedado

- a) 4, 3, 2, 1;
- b) 1, 3, 2, 4;
- c) 3, 4, 2, 1;
- d) 1, 2, 3, 4.

13. Sobre as penalidades descritas no Código de Ética do e da Assistente Social é **CORRETO** afirmar que:

- a) A pena de suspensão acarreta ao/à assistente social a interdição do exercício profissional em todo o território nacional, pelo prazo de 30 (trinta) dias a 6 (seis) meses.

- b) Na execução da pena de advertência reservada, não sendo encontrado o/a penalizado/a ou se este/a, após duas convocações, não comparecer no prazo fixado para receber a penalidade, será ela tornada pública.
- c) A suspensão por falta de pagamento de anuidades e taxas só cessará com a satisfação do débito, podendo ser cassada a inscrição profissional após decorridos cinco anos da suspensão.
- d) Cumpre ao Conselho Federal a execução das decisões proferidas nos processos disciplinares.

14. “devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses”. Este trecho, retirado do Código de ética do e da assistente social configura um dos:

- a) Princípios éticos;
- b) Direitos;
- c) Deveres;
- d) Vedações.

15. De acordo com o Código de Ética do e da Assistente social, é um dos direitos do e da assistente social:

- a) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b) Dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional;
- c) Bloquear o acesso dos/as usuários/as aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos.
- d) Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;

16. As infrações ao Código de Ética do e da Assistente Social acarretarão penalidades. As penalidades aplicáveis são as seguintes, **EXCETO**:

- a) Multa;
- b) Advertência pública;
- c) Suspensão do exercício profissional;
- d) Cancelamento do cadastro no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS.

17. Em relação ao sigilo profissional, de que trata o Capítulo V do código de Ética do e da assistente social, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Se trata de um dever do assistente social.
- b) Tem como objetivo proteger o usuário em tudo aquilo que o/a assistente social tome conhecimento.
- c) Em trabalho multidisciplinar poderão ser prestadas todas as informações sobre o usuário.
- d) A quebra do sigilo só é admissível quando se tratar de situações envolvendo fato delituoso.

18. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente. A modalidade de guarda:

- I. é a menos invasiva na medida que não ocorre a suspensão ou mesma perda do familiar.
- II. assegura do direito fundamental da não proximidade e grau de parentesco familiar.
- III. obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente.
- IV. determina a destituição do poder familiar dos progenitores biológicos e a instituição de novo vínculo familiar.

Estão **CORRETAS** apenas:

- a) II e IV.
- b) II, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) I e III.

19. De acordo com o artigo nº 18, do Estatuto da Criança e do Adolescente, qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, deverá:

- a) ser encaminhada à programa oficial ou comunitário de proteção à família.
- b) pagar uma multa no valor de um salário mínimo de acordo com a gravidade do caso.
- c) ser internada em um centro de tratamento não governamental.
- d) ter o benefício de prestação continuada suspenso por sessenta dias.

20. O Estatuto do Idoso é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a:

- a) 55 (cinquenta e cinco) anos;
- b) 60 (sessenta) anos;
- c) 75 (setenta e cinco) anos;
- d) 80 (oitenta) anos.

PROVA DE PORTUGUÊS

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DE CAXIAS DO SUL

Leia abaixo a redação de Larissa Freisleben, que recebeu nota mil no Enem.

Publicidade Infantil: perigoso artifício

Uma criança imitando os sons emitidos por porcos já foi atitude considerada como falta de educação. No entanto, após a popularização do programa infantil "Peppa Pig", essa passou a ser uma cena comum no Brasil. O desenho animado sobre uma família de porcos falantes não apenas mudou o comportamento dos pequenos como também aumentou o lucro de uma série de marcas que se utilizaram do encantamento infantil para impulsionar a venda de produtos relacionados ao tema. Peppa é apenas mais um exemplo do poder que a publicidade exerce sobre as crianças.

Os nazistas já conheciam os efeitos de uma boa publicidade: são inúmeros os casos de pais delatados pelos próprios filhos – o que mostra a facilidade com que as crianças são influenciadas. Essa vulnerabilidade é maior até os sete anos de idade, quando a personalidade ainda não está formada. Muitas redes de lanchonetes, por exemplo, valem-se disso para persuadir seus jovens clientes: seus produtos vêm acompanhados por brindes e brinquedos. Assim, muitas vezes a criança acaba se alimentando de maneira inadequada na ânsia de ganhar um brinquedo.

A publicidade interfere no julgamento das crianças. No entanto, censurar todas as propagandas não é a solução. É preciso, sim, que haja uma regulamentação para evitar a apelação abusiva – tarefa destinada aos órgãos responsáveis. No caso da alimentação, a questão é especialmente grave, uma vez que pesquisas mostram que os hábitos alimentares mantidos até os dez anos de idade são cruciais para definir o estilo de vida que o indivíduo terá quando adulto. Uma boa solução, nesse caso, seria criar propagandas enaltecendo o consumo de frutas, verduras e legumes. Os próprios programas infantis poderiam contribuir nesse sentido, apresentando personagens com hábitos saudáveis. Assim, os pequenos iriam tentar imitar os bons comportamentos.

Contudo, nenhum controle publicitário ou bom exemplo sob a forma de um desenho animado é suficiente sem a participação ativa da família. É essencial ensinar as crianças a diferenciar bons produtos de meros golpes publicitários. Portanto, em se tratando de propaganda infantil, assim como em tantos outros casos, a educação vinda de casa é a melhor solução.

(Texto publicado na folha de São Paulo)

21. O texto segue uma linha de um gênero em que o autor tece uma ideia a partir de um ponto de vista. A esse tipo de texto, denomina-se:

- a) Dissertação;
- b) Descrição;
- c) Injuntivo;
- d) Narrativo.

22. Pode-se afirmar que a frase que resume a tese da autora é:

- a) A publicidade infantil deve ser denunciada.
- b) A publicidade infantil exerce influência sobre as crianças.
- c) Toda publicidade infantil é prejudicial para a criança.
- d) Deve-se proibir quaisquer tipos de publicidade infantil.

23. A frase do texto que retoma a tese da autora é:

- a) “Os nazistas já conheciam os efeitos de uma boa publicidade: são inúmeros os casos de pais delatados pelos próprios filhos(...);”
- b) “A publicidade interfere no julgamento das crianças.”
- c) “Os próprios programas infantis poderiam contribuir nesse sentido, apresentando personagens com hábitos saudáveis.”
- d) “É essencial ensinar as crianças a diferenciar bons produtos de meros golpes publicitários.”

24. No texto lido, são registrados alguns fatos que geram determinadas consequências. Dos registros apresentados a seguir, todos se referem a fatos, apenas um relaciona-se a uma consequência. Identifique-o.

- a) Popularização do programa infantil “Peppa Pig”;
- b) Acompanhamento de brindes e brinquedos nos produtos vendidos nas lanchonetes;
- c) Boa publicidade por parte dos nazistas.
- d) Alimentação inadequada, na ânsia de ter o brinquedo.

25. Existem vários tipos de argumentos utilizados nesses tipos de textos, podendo ser alusões históricas, dados ou pesquisas estatísticas, exemplos concretos; citações de pessoas renomadas, dentre outros. Dos argumentos citados abaixo, qual pode ser dado como exemplo de uma alusão histórica?

- a) “Os nazistas já conheciam os efeitos de uma boa publicidade: são inúmeros os casos de pais delatados pelos próprios filhos.”
- b) “A publicidade interfere no desenvolvimento da criança.”
- c) “No entanto, censurar todas as propagandas não é a solução.”
- d) “Os próprios programas infantis poderiam contribuir nesse sentido, apresentando personagens com hábitos saudáveis.”

26. A função de argumentos nesse tipo de texto tem como finalidade vários aspectos citados, **EXCETO**:

- a) Persuadir o leitor;
- b) Sustentar da tese;
- c) Repugnar a tese;
- d) Reforçar o posicionamento.

27. Geralmente nesse tipo de texto, há uma proposta de intervenção. A autora deixa como proposta:

- a) A proibição da publicidade infantil no que se refere a produtos alimentícios.
- b) A participação mais ativa da família no que diz respeito ao que deve ou não ser aderido pela criança e atenção às armadilhas implícitas nas publicidades.
- c) A participação exclusiva da propaganda utilizando personagens com hábitos saudáveis já é o suficiente.
- d) A determinação de horários para certos tipos de propagandas, principalmente as infantis.

28. *“Uma criança imitando os sons emitidos por porcos já foi atitude considerada como falta de educação. **No entanto**, após a popularização do programa infantil “Peppa Pig”, essa passou a ser uma cena comum no Brasil.”* A palavra destacada pode ser substituída sem prejuízo de sentido por:

- a) Portanto;
- b) Contanto;
- c) Entretanto;
- d) Porquanto.

29. *“Peppa é apenas mais um exemplo do poder **que** a publicidade exerce sobre as crianças.”* A palavra destacada faz referência a uma palavra, evitando, assim, redundância, sendo essa palavra:

- a) Peppa;
- b) Exemplo;
- c) Poder;
- d) Publicidade.

30. “Essa vulnerabilidade é maior até os sete anos de idade, **quando** a personalidade ainda não está formada.” É correto afirmar que a palavra destacada estabelece uma relação de:

- a) Tempo;
- b) Causa;
- c) Finalidade;
- d) Condição.

31. “**Essa** vulnerabilidade é maior até os sete anos de idade, quando a personalidade ainda não está formada”. A palavra destacada:

- a) É um pronome demonstrativo com sentido catafórico fazendo referência ao que é após o seu emprego.
- b) É um pronome demonstrativo com sentido anafórico retomando uma informação citada anteriormente.
- c) É um pronome demonstrativo apenas com um intuito de indicar uma posição de temporalidade entre dois termos.
- d) É um pronome indefinido que visa a uma relação ao que foi citado anteriormente e ao que foi citado após o seu emprego.

32. “Uma boa solução, nesse caso, **seria** criar propagandas enaltecendo o consumo de frutas, verduras e legumes.” O verbo destacado está concordando com o núcleo do sujeito que é:

- a) boa;
- b) solução;
- c) caso;
- d) propagandas.

33. “**Contudo**, nenhum controle publicitário ou bom exemplo sob a forma de um desenho animado é suficiente sem a participação ativa da família”. Pode-se afirmar que a palavra destacada exprime um(a):

- a) Oposição;
- b) Adição;
- c) Alternativa;
- d) Explicação.

34. “É essencial ensinar as crianças **a** diferenciar bons produtos de meros golpes publicitários.” A palavra destacada é uma preposição. Nesse caso não foi utilizado o acento indicador de crase pelo mesmo motivo que em:

- a) Estava **a** dois passos da chegada.
- b) Fui **a** pé até o centro da cidade.
- c) Estou cara **a** cara com o responsável pelo acidente.
- d) Sou favorável **a** buscar outra forma de solução.

Leia o trecho a seguir para responder as questões 35 e 36.

“Nunca consigo entender **POR QUE** muitos acasos são meros acasos, sendo que, para mim, tudo é uma questão do que se prevê no entrelaçar de seu enredo. Essa questão cujo porquê ainda insiste em deixar uma dúvida indubitável. Talvez daqui a algum tempo, que está porvir eu consiga entender cada acaso, sem me prender a bastantes questionamentos **MAL** explicados, se é que precisam de explicação. Só sei que **AONDE** irei, levarei sempre comigo, nem que inconscientemente, essa dúvida, que ousou chamá-la de cruel; entretanto não deixarei meus porquês, **AFIM** de não me estagnar, pois são nos questionamentos, são nas respostas que encontramos impulso para novos desafios, ou melhor, novos acasos.” (MENDONÇA, Tulus)

35. Algumas palavras possuem ortografias semelhantes, porém devem ser direcionadas aos empregos corretos, de acordo com o contexto em que estão inseridas e os sentidos expressos. Analisando o texto acima e as palavras destacadas, houve um emprego **INADEQUADO** em:

- a) Por que;
- b) Mal;
- c) Aonde;
- d) Afim.

36. “*Talvez daqui a algum tempo, que está porvir eu consiga entender cada acaso, sem me prender a **BASTANTES** questionamentos mal explicados, se é que precisam de explicação.*” O emprego da palavra destacada refere-se a um caso de concordância nominal. Em alguns casos, essa palavra deve ser empregada invariável, por estar como um advérbio. Um exemplo que comprova essa última afirmação, reforçando a **não** flexão da palavra em número.

- a) Eram questionamentos bastantes para tal situação.
- b) Já lhe disse bastantes vezes que isso não é pertinente.
- c) Estudamos bastantes para as provas finais.
- d) Gostaria de bastantes motivos para não desistir desse desafio.

Leia a tirinha a seguir.



37. Levando em consideração o emprego correto dos verbos no que diz respeito à regência verbal, de acordo com a gramática normativa, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Houve desacordo do emprego do verbo “ser” no primeiro quadrinho, por ser um verbo significativo.
- b) Houve desacordo no emprego do verbo “lembrar” no segundo quadrinho, pois ele está preposicionado, necessitando, assim, de ser pronominal.
- c) O emprego do verbo “lembrar” no terceiro quadrinho está de acordo com a gramática normativa, quanto à regência, por não ser pronominal.
- d) Houve desacordo da norma culta no emprego do verbo “ser” no primeiro quadrinho, por ser um verbo de ligação e não estar acompanhado de um predicativo.

38. Leia o trecho de um dos textos do livro “Entreatos”.

*“O palco já parece maior do que aquele em que pisei no primeiro ato, e já não consigo englobar tudo em uma só imagem – não sei se é por causa da luz –, pois nem tudo é visível, e quando penso que vi tudo, um novo planeta surge, uma nova galáxia, novos satélites. E o palco agora está mais infinito, tão infinito **que já não sei se conseguirei explorá-lo**”.* Analisando a oração destacada, é **CORRETO** afirmar que a mesma estabelece, em relação à anterior, uma:

- a) Consequência;
- b) Causa;
- c) Condição;
- d) Tempo.

39. “O palco já parece maior do que aquele em que pisei no primeiro ato, e já não consigo englobar tudo em uma só imagem – não sei se é por causa da luz –, pois nem tudo é visível, e quando penso que vi tudo, um novo planeta surge, uma nova galáxia, novos satélites. E o palco agora está mais infinito, tão infinito que já não sei se conseguirei explorá-lo”. Dos verbos retirados do texto acima, **ASSINALE** aquele em que há distinção de pessoa.

- a) consigo;
- b) sei;
- c) penso;
- d) surge.

40. “Um telefonema que o deixou com uma dúvida que parecia inexplicável. Por que tal resposta que, para ele, era uma pergunta óbvia? Tudo por causa de um diálogo.

- Quem está falando?
- Sou eu, Seu Antônio.
- Tudo bem aí no sítio, Tônico?
- Mais ou menos, Seu Antônio. Um pobreminha um pouco grave.
- PROBLEMINHA um pouco grave? O que foi? Com meu pai?
- É... não... é... não...
- Espera aí, é ou não é? Não entendi.
- Bem. Sabe aquela cadeira que o sinhô tanto gosta, que foi da sua bisavó?
- Sei sim. O que tem ela? E o meu pai?
- É que ele sentou nela.
- E o que tem ele sentar nela?
- Ele sentou na cadeira e quebrou o braço.
- Nosso Deus! E como está? Levou ao hospital? Ele está bem? Teve que engessar?
- Não. O Marceneiro só bateu uns pregos e parece que já está tudo bem.
- Marceneiro? Prego? Vocês crucificaram meu pai?
- Não. Só consertamos o braço. Por quê? É para crucificar seu pai?

(MENDONÇA, Tullius)

Após a leitura do texto acima, o que provoca o efeito de sentido e humor no texto:

- a) A ambiguidade causada devido o duplo sentido da palavra “braço” no texto.
- b) A linguagem bem regional do caseiro do sítio empregando palavras de forma inadequada como a palavra “pobreminha”.
- c) A dúvida que fica subentendida sobre se o acidente ocorrido com o pai de Antônio tenha sido realmente um acidente.
- d) O fato de Tônico ter levado o pai de Antônio a um marceneiro em vez de levá-lo a um hospital.

FISCAL DE SALA: Destaque esta folha e entregue ao candidato ao final da prova.

CARTÃO RESPOSTA (RASCUNHO)

RESPOSTAS DE 1 A 10

1	A	B	C	D
2	A	B	C	D
3	A	B	C	D
4	A	B	C	D
5	A	B	C	D
6	A	B	C	D
7	A	B	C	D
8	A	B	C	D
9	A	B	C	D
10	A	B	C	D

RESPOSTAS DE 11 A 20

11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D

RESPOSTAS DE 21 A 30

21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D

RESPOSTAS DE 31 A 40

31	A	B	C	D
32	A	B	C	D
33	A	B	C	D
34	A	B	C	D
35	A	B	C	D
36	A	B	C	D
37	A	B	C	D
38	A	B	C	D
39	A	B	C	D
40	A	B	C	D

**AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA O CARTÃO RESPOSTA, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.
USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.**